



Anais da Assembléia

Nº 26

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 08 DE ABRIL DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 1976

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Farias, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Juranir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Trajano Bastos e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO A DISCUSSÃO ÚNICA — Da Proposição nº 81/76, veto parcial ao Projeto de Lei nº 150/75, de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto que objetiva reformular parcialmente, a Lei Orgânica do Imposto sobre circulação de mercadorias ICM (Lei nº 6364, de 29/12/72). Parecer da CCJ, pela rejeição de dois vetos e manutenção dos demais. Encerrada a discussão do veto ao art. 6º do projeto.

Em votação o artigo 6º do Projeto vetado pelo Executivo. Os Srs. Deputados que aprovam o art. 6º, queiram levantar-se. — **Rejeitado o art. 6º. Mantido o veto.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente.

Na sessão de ontem quando da discussão da matéria, encerrada a discussão, foi apresentado um requerimento de autoria do Deputado Muggiati Filho, requerimento aprovado por unanimidade por todos os Srs. Deputados presentes, propondo que a matéria, fosse invertida a votação, artigo por artigo. E foi colocado em votação Sr. Presidente, desde que tendo em vista já a fase de votação, entendemos que a fase de discussão, foi encerrada na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente.

Não sei se o eminente líder do Governo estava presente no início da sessão de ontem, mas, ao ser colocada em discussão a matéria de voto global pelo Sr. Presidente da sessão, que no momento, era o ilustre 1º Vice-Presidente, presente a essa sessão Deputado Gabriel Sampaio, requeremos que a matéria fosse discutida por artigo. É permitida a aprovação do Plenário, foi aprovado por unanimidade, e, consequentemente, a discussão da matéria em votação, é feita por artigo.

E deverá a matéria ser votada por artigo, segundo aprovação do Plenário. Porque constitui matéria vencida. Tenho impressão que o nobre líder do Governo, enganou-se a respeito ao apreciar a matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). V. Exa. tem razão. A Mesa, ao verificar a Ata, constatou que o pedido foi feito antes do encerramento da discussão da matéria.

Diz a Ata: “Pela Ordem, o Deputado Muggiati Filho requer à Mesa, para que o presente veto seja votado em partes”.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, não quero parecer impertinente, mas quer me parecer que o Deputado Muggiati Filho tem razão em parte. Havia sido encerrada a discussão relativa ao primeiro artigo, que era o 6º. Tanto que passamos para a fase de votação, foi requerida verificação de votação e, posteriormente, por mim, constatação de quorum. Já em fase de votação de um dos artigos. Concordo com S. Exa. de que os demais devam merecer discussão e votação.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, quero dizer uma vez que presidi a sessão de ontem, que realmente aconteceu isto. O artigo 6º, que é o primeiro a ser apreciado estava com a discussão encerrada, quando se pediu verificação de votação e em seguida de quorum, que não existia para o prosseguimento da sessão. Somente com relação ao artigo 6º é que foi exaurida a parte com relação à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Perfeitamente esclarecido, tem a palavra, para discutir, o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — O Deputado que Muggiati é quem vai falar.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para discutir). Sr. Presidente, tenho a impressão de que o artigo 6º foi votado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Foi votado e já foi mantido o veto.

O Governo vetou as expressões “e 10 letra d”, constantes do “caput”, do artigo 11, e texto do inciso 10, d, contido no mesmo artigo.

Em discussão o veto parcial ao artigo 11.

O SR. MUGGIATI FILHO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, como V. Exa. esclareceu a este Deputado antes do início da sessão e está usando o processo legislativo para o encaminhamento da matéria, peço vênha à Casa para localizar a matéria nos arquivos deste próprio Deputado, a fim de que possa discuti-la com a merecida, de vez que o veto contém matéria esparsa. Com relação a este artigo 11, temos a impressão de que somente nos interessa a defesa do item b, nº 10, do artigo 54, da Lei 6364, que modificou sua redação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Esta Presidência informa que, por exigência regimental, terá que encerrar a presente sessão extraordinária dentro de quatro minutos.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, prosseguirei na

próxima sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Pergunto a V. Exa. se vai interromper a sua intervenção ou pretende garantir a sua inscrição para a próxima sessão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Desejo garantir a inscrição para a próxima sessão extraordinária.

Entretanto, se não me falha a memória, houve sobre esta matéria um problema de Redação Final e eu estava temendo que não tivesse uma Redação Final exata como a constante do processo legislativo.

O meu raciocínio, o raciocínio que queria seguir no início desta discussão, relativamente ao art. 11 — agradecendo a intervenção, naquele momento, do eminente líder da minha bancada,— devo dizer que volto ao mesmo fio da meada. A leitura que fiz dos incisos 2, 3 e 4, letras “b” e “a”; incisos 8º para chegar à letra “d” vetada, visava, principalmente, lembrar a esta Casa que esta matéria foi objeto de deliberação conjunta, das bancadas, em que para abreviar a discussão e não se perder o prazo que se extinguia. Em reuniões sucessivas emendas como estas que aqui se encontram e que não foram vetadas foram aceitas pela Casa num acordo de cavalheiros, juntamente com as demais emendas que foram vetadas.

Mas, não fosse só por isso, não fosse só pelo compromisso informal, mas moral, assumido pelos membros desta Casa que participaram daquelas reuniões, tanto que a aprovação foi unânime, devemos dizer ainda que o veto a esta letra “d” sob a alegação de que “a regra do art. 147, parágrafo 2.º do Código Tributário Nacional, além de desnecessária no que tange a guia de informação e de apuração seria dar indesejável e inoportuna amplitude, ao texto da Lei local principalmente no que se refere a outros documentos”, não tem procedência, simplesmente porque não é esta a interpretação mais correta que deve ser dado ao texto:

Socorro-me, para isto, em Aliomar Baleeiro, em seu Livro Direito Tributário Brasileiro, à página 453, em que ele tem analisada a matéria com muita propriedade e a propósito de retificação da declaração diz o seguinte:

“O sujeito passivo pode retificar a declaração ou porque se engane ou omita de boa fé algum elemento ou porque se arrependa da sonegação premeditada (C.T.N., art. 138) ou ainda porque tenha cometido erro material em detrimento próprio.”

Ocorrendo esta última hipótese, só será admitido e acolhido se provar o erro antes de notificado o lançamento.

Nos casos de erro contra o Fisco ou tentativa de sonegação seguida de arrependimento oportuno, fica acusado das penalidades, mediante confissão espontânea.

O erro grosseiro do declarante, como, de operações aritméticas, engano na classificação de rendimento, etc., pode ser considerado e corrigido ex-officio pela autoridade, ainda que o sujeito passivo não se apresse a pedir-lhe isso.

Já nos pronunciámos pela admissibilidade da revisão a favor do Fisco, do lançamento por erro de Direito, quando a Lei especificamente a admite.

Comentário 2.º, ao artigo 145 “in fine”:

A matéria é controvertida e manifesta-se em sentido oposto à doutrina, fora e dentro do Brasil; mas se a Lei permite a revisão neste caso, perante qualquer pertinência à doutrina, ainda que fundada em boas razões, cremos que o erro de Direito pode ser sempre invocado pelo contribuinte, dado o caráter coativo da tributação; isto ainda se deduz, de estar previsto no artigo 165 do Código Tributário Nacional, o direito à restituição do tributo indevido, ainda que espontaneamente pago”).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa adverte o nobre orador, que já estamos no horário da Sessão Ordinária.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pois não Sr. Presidente, eu continuarei na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — E a Presidência garante a V. Exa. que, V. Exa. terá mais 40 minutos para concluir a discussão da matéria, na próxima sessão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pois não, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente sessão, alertando os Srs. Deputados que há uma sessão extraordinária convocada para amanhã, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada na sessão de ontem.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, apenas para esclarecimento: a matéria em pauta estaria na Ordem do Dia para a sessão extraordinária de segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Estará, mas será anunciada amanhã.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, há uma objeção a ser feita.

O Deputado Muggiati Filho terá 40 minutos para discutir a matéria, e nós teremos apenas 30 minutos de tempo para a realização da sessão,

Solicitaria de V. Exa., verificar da possibilidade de incluir esta matéria na Ordem do Dia da sessão Ordinária de segunda-feira, para possibilitar que a ilustrada bancada do MDB possa discutir a matéria em toda a sua amplitude, e para que não haja nenhuma motivação de cerceamento da liberdade de discussão da matéria, porquanto no horário da sessão extraordinária nós não teremos tempo suficiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Tem sido praxe desta Casa, reservar os vetos às sessões extraordinárias. Entretanto, à proposta do nobre líder da ARENA, a Mesa transfere a decisão, ao Plenário. Se o Plenário decidir que poderá ser anunciada na sessão ordinária, nós assim faremos, na sessão de amanhã.

Em discussão a proposta do nobre Deputado Ivo Thomazoni — não falo requerimento, porque veio à Mesa requerimento por escrito — proposta de um requerimento verbal.

O SR. OSVALDO MACEDO — Nós estamos de acordo com o nobre líder Deputado Ivo Thomazoni, somente requeríamos à Mesa, que esta matéria entrasse na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Não há interstício regimental para isto. Encerrada a discussão, em votação. **Aprovado!**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, sexta-feira, às 9,30 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 33.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 1976.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner

Wanderer, Antônio Facci e Ezequias Losso. (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Luiz Roberto Soares, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarezi, Otássio Pereira, Trajano Bastos e Wilson Fortes. (13)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM:

MENSAGEM N.º 43/76

Curitiba, 07 de abril de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar, a partir de 1.º de março de 1976, novos vencimentos mensais aos membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Recursos Humanos, inspirados em iniciativa do Governo da União, que, através do Decreto-Lei n.º 1.445, de 13 de fevereiro do corrente ano, reajustou a remuneração dos Magistrados Federais.

Apresentando mais detalhados esclarecimentos em torno do assunto, é anexada cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 314/76, do Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos.

Tendo em vista o elevado interesse público de que se reveste a matéria contida no Plano de Lei em questão, é solicitada sua apreciação na forma prevista pelo § 3.º, do art. 25, da Constituição Estadual.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) Jayme Canet Júnior
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º - Os vencimentos mensais dos membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e os do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, passam, a partir de 1.º de março de 1976, a ser os constantes do anexo integrante desta Lei.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO de que trata o art. 1.º.

I — MAGISTRATURA

CARGO	VENCIMENTO
Desembargador	Cr\$ 19.500,00
Juiz do Tribunal de Alcada	Cr\$ 18.525,00
Juiz de Entrância Final e Auditor da	
Justiça Militar	Cr\$ 17.333,00
Juiz de Entrância Intermediária	Cr\$ 15.600,00
Juiz de Entrância Inicial	Cr\$ 14.040,00
Juiz de Adjunto	Cr\$ 12.636,00

II — TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	VENCIMENTO
Conselheiro	Cr\$ 19.500,00

Auditor	Cr\$ 17.550,00
Procurador Geral junto ao Tribunal	
de Contas	Cr\$ 19.500,00
Procurador junto ao Tribunal de	
Contas	Cr\$ 17.550,00

III — MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VENCIMENTO
Procurador Geral da Justiça	Cr\$ 19.500,00
Procurador da Justiça	Cr\$ 17.333,00
Promotor de Justiça de Entrância	
Final e Curador	Cr\$ 15.600,00
Promotor de Justiça de Entrância	
Intermediária	Cr\$ 14.040,00
Promotor de Justiça de Entrância	
Inicial	Cr\$ 12.636,00
Promotor Substituto	Cr\$ 10.108,00

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria dos Recursos Humanos

Ofício N.º 314/76 - GB

Curitiba, 1.º de abril de 1976.

Excelentíssimo Senhor Governador.

Conforme despacho de Vossa Excelência exarado no Ofício N.º 34/76, de 23 de fevereiro do corrente ano do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, objeto de estudos nesta Pasta, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência a proposição do Poder Executivo, que reajusta os estipêndios dos que exercem a mesma atividade no plano estadual, face ao Decreto-Lei N.º 1.445, de 13 de fevereiro do corrente ano.

Tal asserção, é o resultado de minucioso estudo da matéria e de entendimentos havidos com os Excelentíssimos Senhores Presidentes Henrique Nogueira Dorfmond do Tribunal de Justiça e Nacim Bacilla Neto, do Tribunal de Contas do Estado, consubstaciado no Anexo I do presente, que inclui, assim, os Inativos no aumento.

Na realidade, o Governo Federal reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido na alta administração pública, conferiu aos magistrados, novos valores de retribuição conforme se defere no quadro abaixo:

MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Vencimentos	22.000,00
Gratificação de Representação	
70 por cento	15.400,00
Total	37.400,00

DESEMBARGADOR DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Vencimentos	16.000,00
Gratificação de Representação	
35 por cento	5.600,00
Total	21.600,00

MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Vencimentos	20.000,00
Gratificação de Representação	
60 por cento	12.000,00
Total	32.000,00

O aumento proposto, em relação à despesa total anual dos Órgãos abrangidos, permite o seguinte quadro comparativo:

ÓRGÃO	ATUAL	PROPOSTO
TRIBUNAL	DE	JUSTIÇA
Ativos	45.655.502,40	60.493.912,92
Inativos	16.099.155,24	22.051.012,93

total	61.754.657,64	82.544.925,85
TRIBUNAL DE CONTAS		
Ativos	5.955.199,09	8.619.324,48
Inativos	13.582.445,64	18.603.875,99
Total	19.537.644,73	27.223.200,47
MINISTÉRIO PÚBLICO		
Ativos	32.238.539,04	42.118.570,08
Inativos	8.576.738,76	11.747.559,15
Total	40.815.277,80	53.866.129,15
TOTAL GERAL (3 órgãos)	122.107.580,17	163.634.255,27

Por outro lado, esta Pasta procurou desenvolver uma análise de previsão de despesas para o corrente exercício financeiro, calcada nos valores liberados no 1.º trimestre deste ano, a qual permite projetar o seguinte quadro:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA	Despesas correntes	126.960.000,00
TRIBUNAL DE CONTAS	Despesas Correntes	49.800.000,00
TRIBUNAL DE ALÇADA	Despesas Correntes	5.980.000,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	Despesas com Pessoal	30.450.000,00
TOTAL		213.190.000,00

Senhor Governador, tomamos a liberdade de sugerir a Vossa Excelência, que os novos valores passem a vigorar a partir de 1.º de março do corrente ano, coincidindo com o aumento deferido pelo Governo Federal, e que, no encaminhamento da Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado, o pedido de regime de votação em 45 dias, face a natureza da matéria.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e distinto apreço.

a) Gastão de Abreu Pires
Secretário de Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Doutor JAYME CANET JÚNIOR
Digníssimo Governador do Estado do Paraná
Palácio Iguazu.

ANEXO I | ÓRGÃO | CARGO | VENCIMENTO | |-------|-------|------------| |-------|-------|------------|

TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
Desembargador	19.500,00
Juiz do Tribunal de Alçada	18.525,00
Juiz de Entrância Final e		
Auditor da Justiça Militar		17.333,00
Juiz de Entrância Intermediária	15.600,00
Juiz de Entrância Inicial	14.040,00
Juiz Adjunto	12.636,00

TRIBUNAL DE CONTAS		
Conselheiro	19.500,00
Auditor	17.550,00
Procurador Geral		19.500,00
Procurador		17.550,00

MINISTÉRIO PÚBLICO		
Procurador Geral da Justiça	19.500,00
Procurador da Justiça	17.333,00
Promotor de Justiça de Entrância		
final Curador	15.600,00
Promotor de Justiça de Entrância		
Intermediária	14.040,00
Promotor de Justiça de Entrância		
Inicial	12.636,00
Promotor Substituto	10.108,00

A Comissão de Constituição e Justiça

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 100.º aniversário natalício do PROFESSOR ARTHUR MARTINS FRANCO, único dos fundadores da Universidade do Paraná, ainda vivo.

O ilustre aniversariante dedicou toda a sua existência à causa pública, quer como Deputado Federal, como Secretário da Fazenda no Governo Carlos Cavalcanti. Em 1912, a convite de Nilo Cairo, fez parte do grupo que dava os primeiros passos para a fundação da Universidade do Paraná.

Personalidade marcante, assinalando sua existência por relevantes serviços prestados ao Paraná, o ilustrado e culto aniversariante, merecedor dos tributos de admiração e respeito do povo paranaense, será alvo de justas e oportunas homenagens, às quais o requerente pretende sejam associadas às do Poder Legislativo Estadual.

Outrossim, uma vez aprovado o requerido, solicita o autor, seja a decisão da Casa, comunicada ao homenageado acompanhada de cópia da presente proposição.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1976.

a) Nelson Buffara.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o envio de expediente ao Senhor RUBEN NOÉ WILK, superintendente da SUNAB, solicitando ao mesmo a instalação de uma sub-agência daquele órgão na cidade de Maringá-Paraná, a exemplo do que foi feito nas cidades de Cascavel e Londrina.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1976.

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Maringá, ocupa no presente momento, posição de destaque inquestionável nos meios sociais, econômicos e culturais do Estado.

Por tratar-se de um dos maiores centros populacionais da região norte do Paraná, não pode em hipótese alguma, prescindir dos benefícios e dos relevantes serviços prestados ao povo por parte daquele órgão responsável pela fiscalização e orientação de preços.

Acreditamos portanto, sinceramente, que se outros municípios com potencialidades semelhantes ao de Maringá foram beneficiados com a implantação de uma sub-agência da SUNAB, não poderá aquele órgão deixar de dar guarida à presente reivindicação que parte de um dos mais importantes e promissores municípios do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Secretário das Finanças, JAYME PROSDÓCIMO, no sentido de que o mesmo tome conhecimento das arbitrariedades cometidas pela fiscalização estadual e tome as providências cabíveis.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se faz necessária comprovada pela cópia em anexo de alguns dos telegramas recebidos por este Deputado que subscreve o presente, no sentido de urgentes providências.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1976.

a) Domício Scaramella.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, designação de cinco Deputados para representar a Assembléia Legislativa na XV Exposição Nacional de Suínos, II Exposição Feira Regional de Bovinos e IV Exposição Regional de Indústria e Comércio a se realizar em Francisco Beltrão, entre 19 a 25 de abril, do corrente ano.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1976.

a) Deni Schwartz.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 31/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial de Londrina, com sede em Londrina.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1976.

a) Ivo Thomazoni

a) Dácio Leonel.

JUSTIFICATIVA:

Por sua própria natureza, a entidade que se propõe seja declarada de utilidade pública, desempenha importante função social dentro da comunidade londrinense e mesmo na região. Como órgão de classe, congrega esforços no sentido da defesa do comércio e indústria local, em benefício da economia paranaense, sem fins lucrativos, promovendo e mantendo serviços especializados do interesse da classe que represente.

Preenchendo os requisitos de Lei, sua existência é de quase 40 anos, sua diretoria não percebe remuneração e já foi declarada de utilidade pública por lei municipal, sendo justo que o poder público estadual também lhe outorgue esse reconhecimento.

Esperamos contar com o apoio de nossos nobres Pares a esta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Lamentavelmente, existem momentos que nós precisamos usar da palavra, para falarmos a respeito de situações, de problemas que evidentemente não nos traz nenhuma satisfação, nenhuma alegria, nem mesmo vontade de fazer.

Refiro-me ao caso criado pelo Deputado Federal Pedro Lauro, absolutamente, não venho a tribuna para criticar o Deputado Pedro Lauro, mas venho lamentar profundamente que nós, como Poder, já tão desgastados pela simples existência do AI-5, muito mais pela aplicação deste mesmo instrumento de exceção, tenhamos agora estampado nos jornais de todo o Brasil: Pedro Lauro criou caso internacional.

Nós verificamos, Srs. Deputados, que o Itamaraty foi obrigado a parar para oferecer à Nação e ao mundo, uma nota oficial, desmentindo aquilo proposto pelo Sr. Deputado Pedro Lauro, porque para a França e para o resto do mundo, o Sr. Pedro Lauro, o Sr. Ulisses Guinardes, o Sr. Teotônio Villela, enfim, todos os Deputados que compõem o Congresso Nacional são iguais, são representantes do povo brasileiro.

Eles não sabem, houve fatos excepcionais que ocorreram na eleição de 74; não creio, que se faça democracia com intelectualidades, mas acho que as pessoas, para disputarem e ocuparem cargos, necessitam, no mínimo, de bom senso e responsabilidade.

Brasil, um País nacionalmente amigo, tradicionalmente respeitador do direito internacional, da não intervenção em assuntos internos de outros países, a respeitar as suas fronteiras,

os seus vizinhos, os seus irmãos da América Latina, vê-se chocado perante o mundo com um pedido de um Deputado do nosso Congresso Nacional, em que solicita que quando da estada do Sr. Presidente Geisel, na França, peça ao Presidente francês a anexação da Guiana Francesa ao território brasileiro.

Falta de bom senso, falta de responsabilidade.

Não podemos absolutamente nesta altura da história político-brasileira, suportar mais este tipo de desgaste às nossas Casas Legislativas, em especial à maior delas que é a Câmara Federal.

A nota do Itamaraty:

“Notícias de hoje, segundo às quais teria um deputado sugerido a incorporação ao Brasil de territórios de Estados estrangeiros, com os quais mantemos as mais cordiais relações, causaram a maior perplexidade nos meios governamentais brasileiros.

Com efeito, tal sugestão demonstra completo desconhecimento da nossa tradição diplomática, uma vez que entre os pontos cardeais da nossa política internacional tem lugar especial o respeito aos Estados estrangeiros, a não intromissão em seus assuntos internos e a estrita observância dos tratados e dos laudos arbitrais que definiram nossas fronteiras”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós estendemos este apelo ao povo paranaense e aos partidos políticos para que estejam preparados, MDB e ARENA, para derrotas e para vitórias e que para isto tenham que colocar no seu rol de candidatos, homens, não intelectualizados, mas que pelo menos tenham bom senso e responsabilidade para com aquilo que irão defender, tanto nas Assembléias como na Câmara Federal.

Sei de um caso em Curitiba, de um médico altamente responsável, inteligente, de cultura superior, que votou no Sr. Pedro Lauro, como forma de protesto. Acho que este não é o melhor caminho. Haverão de aparecer formas de aprimorar nossa democracia, que não esta do vexame, esta de nos transformar em notícia internacional, porque tenho certeza de que “Le Monde” talvez esteja hoje gozando o Brasil, o seu representante, por esta infelicidade, por esta falta de bom senso e de responsabilidade de um homem, não por ser humilde, mas que, por não ter condições, não poderia estar hoje representando o Paraná na Câmara Federal. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, segundo orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O “Le Monde” ri pelo Pedro Lauro, mas o “Le Monde” chora pelo Dinarte Mariz.

Sr. Presidente, concordo em número e gênero com a preocupação do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Realmente, Pedro Lauro não tem as condições de um novo Barão do Rio Branco para, diplomaticamente, anexar mais alguma coisa a este País. Mas, diplomaticamente, certo ou errado, lá está.

Duro é termos de ouvir da imprensa internacional, sobre algumas veleidades imperialistas deste País. Trezentos mil brasileiros habitam o Paraguai. Lá está um padre que saiu de Francisco Beltrão, a pedido de um Bispo do Paraguai, porque precisava de alguém para conduzir tão grande número de brasileiros que lá residem.

Perspectivas internacionais com relação à Guiana, tivemos com um Presidente da República, e foi aplaudido, quando Jânio da Silva Quadros se orientou para plagas do Norte brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, se as palavras de Pedro Lauro envergonham-me como parlamentar, representam, bem ou mal, uma parcela de nossa população que nele votou.

Concordo com o Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que o

Brasil é motivo de riso, como o foi há pouco com o caso do Teatro Bolshoi, e motivo de choro quando José Bonifácio fala no Congresso.

Mas precisamos, companheiros, moralizar a Casa para que não tenhamos no Legislativo célebres Deputados ausentes e até os onipresentes, como um Deputado que no dia 30 de março fez um discurso no longínquo Sudoeste e que, simultaneamente, estava na Assembléia, conforme o "Diário da Assembléia". E tantos onipresentes que temos nesta Casa, com vinte comparecimentos no mês e que só comparecem no último dia para justificar, talvez, o mandato.

E temos os presentes do passado. É difícil entendermos presentes no passado, mas tenho em mãos a relação de funcionários postos à disposição deste Poder que se quer tenha personalidade e por isso venho a esta tribuna para saudar um novo Deputado, segundo a relação, Aryzone Mendes de Araújo, que, se Deputado não é, pelo menos tem um funcionário à sua disposição, conforme consta na relação do Departamento de Administração. Walmor Antonio Daloglio, detento da Prisão Provisória do Ahú.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, terceiro orador inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para dirigir a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, o seguinte requerimento. (lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Senhor Secretário de Segurança Pública, expediente no sentido de que lhe informe a importância paga por aquela Secretaria, per capita, aos presos à disposição da Justiça, das Delegacias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1976.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO"

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dizem as doutrinas penais que se conseguiu, depois de muito tempo de luta de nossos juristas, de que a função de pena não é outra senão aquela de recuperar o indivíduo à sociedade onde ele convivia.

Existem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, presos nas Delegacias do Estado, milhares de seres humanos por serem julgados, muitos deles inocentes.

Recebemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, telefonema do Juiz de Guaraniáçu, no qual ele denunciava de que o Estado tem mandado, para alimentação diária de cada preso, a importância de Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros).

Dois cruzeiros, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é atpe inacreditável, mas a realidade é essa.

Dois cruzeiros é a importância suficiente apenas para a compra de um sanduiche.

E com isto, Sr. Presidente, está o Estado criando um problema social, porque, ao invés da recuperação, como prevê a Lei, tem havido uma revolta constante entre os nossos encarcerados. Revolta pela fome, Sr. Presidente, num Estado que destina milhares, milhões de cruzeiros a festas, a recepções de Presidente da República, a festas de pedras fundamentais, quando o problema da Justiça, no Estado do Paraná, é muito sério, forçando Sr. Presidente, que alguns carcereiros saiam a esmolar pelo interior do município, para o sustento dos presos que estão à disposição do Estado.

Muitos carcereiros são humanos e repartem aquele pão conseguido de esmola. Muitos, porém, levam para suas casas, deixando no fundo das grades milhares de presos — repetimos, muitos inocentes, esperando julgamento — passando fome

e se revoltando contra a própria Justiça.

É nesse sentido nosso pronunciamento, para que se constate oficialmente se só se paga dois cruzeiros "per capita" aos presos à disposição da Justiça deste Estado.

Tomaremos as providências e esperamos que sejam acatadas pelos nossos nobres Pares desta Casa, no sentido de cooperarmos para a recuperação de nossos irmãos, que estão por detrás das grades. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel) Concedo a palavra quarto orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Assinala a data de hoje o primeiro aniversário de administração do engenheiro Saul Raiz na Prefeitura Municipal de Curitiba. Nesses doze meses, S. Exa. com dinamismo que lhe é peculiar, tem procurado dinamizar toda a potencialidade do poder público municipal, especialmente no atendimento às justas reivindicações do povo que vive nos bairros da cidade de Curitiba.

Assim, vemos novas vias públicas abertas para proporcionar melhores condições de acesso aos núcleos residenciais e centros industriais, obras de arte, canalização de rios que têm causado problemas na época chuvosa, praças e jardins, além de oportunas promoções culturais. É a educação, entretanto, uma das áreas que tem sido prioritariamente atendida pelos governantes curitibanos. Dentro desse espírito e pretendendo aumentar substancialmente a oferta de vagas na área periférica do município, foi elaborado um plano integrando o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, Fundação Educacional do Paraná e Prefeitura Municipal de Curitiba.

Resultou deste plano, inicialmente, a repartição dos níveis de atuação do ensino de 1º grau, cabendo ao município responsabilizar-se progressivamente pelas 4 séries iniciais, assim como determinar as áreas prioritárias para esse atendimento.

Como primeiro resultado, informa um trabalho sobre dados físicos da rede municipal de ensino, estão sendo entregues 16 novas unidades escolares bem como 9 ampliações, cuja construção foi possível graças ao convênio entre Prefeitura Municipal de Curitiba e Fundação Educacional do Paraná, que repassou recursos tomados ao Fundo de Apoio Social, pelo Governo do Estado.

Além dessas, entrega-se ao uso da população o Núcleo Comunitário de Uberaba de Cima, que compreende as Unidades Escolares, de Saúde e Serviço Social.

As novas unidades escolares, destinadas ao atendimento do pré-escolar à 4ª Série, foram construídas pela Prefeitura dentro do projeto modulado, desenvolvido pelo Departamento de Bem Estar Social.

Em três delas, foram construídos dois módulos, compreendendo sete salas de aula. Nas restantes, a edificação atual, de um módulo, oferece três salas de aula.

Localizadas em terrenos já pertencentes ao município, previu-se para ocupação da escola com uma área ao redor de 1.500 m².

Com a implantação das novas escolas a rede municipal de ensino passará a abranger 39 unidades, oferecendo matrículas a aproximadamente 15.000 alunos, expressando o crescimento de 77,27 por cento no período 1975/76".

São estas, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, metas de real importância alcançadas pelo Poder Público Municipal, eis que a educação é de primordial importância ao desenvolvimento nacional.

Estão de parabéns S. Exa. o Sr. Prefeito de Curitiba, Eng. Saul Raiz e sua equipe, pois têm cumprido com o seu dever frente aos destinos da cidade que é sede da Capital do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara. — (Ausente).

Passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje primeiramente para ler um documento e em segundo lugar para apresentar à Mesa um requerimento.

No dia de ontem, diante da expectativa de toda a Nação, esteve reunido em Brasília, o Diretório Nacional do meu Partido, Movimento Democrático Brasileiro.

Não pretendo tecer comentários sobre a atitude que, a nosso ver, mereceu o respeito de toda a Nação e foi tomada pelo MDB nacional. Mas, quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ler, para constar dos Anais da Casa, e servir como um documento para a posteridade, a íntegra do Manifesto intitulado "DO MDB À NAÇÃO", divulgado no dia de ontem e publicado hoje pelos jornais deste País.

Infelizmente, os telespectadores e ouvintes de rádio não puderam, no dia de ontem, tomar conhecimento deste documento. Tiveram que esperar para lê-lo na imprensa do dia de hoje, porque o Ministério da Justiça dando mais uma demonstração de seu espírito democrático, impediu ou proibiu que as emissoras de Televisão e de Rádio divulgassem ao País este documento de muita importância no momento histórico presente.

Eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a íntegra do manifesto "DO MDB À NAÇÃO". (Lê):

"Ato de força vem se tornando rotina do Governo.

Manifestações de reduzida dimensão local, distorcidas do seu real sentido, são transformadas em perigoso caso nacional; a revolta de um bravo Deputado é tomada como ofensa às instituições; tudo para justificar o renovado uso do arbítrio, o desrespeito ostensivo à vontade popular.

O poder supostamente ofendido, o poder que é parte e que acusa, é o mesmo que julga e que condena aberração que fere a sensibilidade moral das nações cultas e civilizadas, fazendo lembrar a frase de Camus: "o mais alto dos tormentos humanos é ser julgado sem lei".

Conscientemente ou não, por detrás do pretexto estão bem claras as verdadeiras causas: de um lado o fracasso da política econômica, caracterizado pela falência do "milagre brasileiro", pelo aviltamento da qualidade de vida da família trabalhadora e pela incapacidade de mobilizar os recursos internos para assegurar ao País um modelo estável e autônomo de desenvolvimento.

Do outro lado, a tentativa de distorcer o processo eleitoral, de intimidar a oposição, identificá-la com o comunismo e a subversão, mesquinhar sua força, pela mutilação de seu quadro de líderes: anestesiar, pela repetição e pelo hábito, a consciência cívica dos brasileiros, para perpetuar o regime anti-democrático.

Escusado dizer que estes propósitos não serão alcançados.

O MDB é um partido provado e amadurecido no defrontar de situações semelhantes, com as quais nunca se conformou. Jamais silenciará por temor ou acomodação: no Congresso, nas Assembléias, Câmaras Municipais, nos órgãos de divulgação e nas campanhas, a voz dos seus representantes foi e será ouvida com a firmeza de sempre, repudiando qualquer forma de totalitarismo, protestando contra a violência e ilegalidade, rejeitando a insensatez e o radicalismo, conclamando à compreensão e à discórdia.

A prática reiterada do arbítrio torna o Governo temido, quando mais importante para ele é ser respeitado. A institucionalização do temor gera o inconformismo, etapa que antecede a dos protestos violentos, que o MDB, em virtude de sua pregação pacifista e conciliadora, vem absorvendo e canalizando para o voto único instrumento válido nas democracias para a coordenação popular das injustiças, dos ultrajes à dignidade humana, da corrupção e da incompetência.

A amputação dos seus quadros preocupa a Oposição. Um líder não se forma da noite para o dia; mas a força da aspiração democrática faz repontar de norte a sul legiões de jovens emedebistas, e o desafio das crises lhes dá bem cedo o poder de observação e de reflexão dos políticos experimentados.

A preocupação nacional com os descaminhos do Governo no campo econômico não será diminuída, mas agravada. Todos sabem que esses problemas não se resolvem com atos, cassações ou decretos, mas pela via democrática da formação do consenso, única base sólida de um verdadeiro esforço nacional.

A elevação do custo de vida, o crescimento da nossa dívida externa, a injustiça na distribuição da riqueza, a desnacionalização da nossa economia, o uso irracional das nossas fontes de energia, a falta de uma tecnologia nacional, os baixos padrões de alimentação do nosso povo, são questões que o MDB vem de muito estudando com seriedade e oferecendo, para debate, soluções concretas e viáveis.

A resposta do Governo é a continuidade de políticas desastrosas: é a incoerência e a insegurança dos seus Ministros é a recusa ao diálogo.

Quando a consciência dos brasileiros, ela se reaviva diante da força, a recebe com indignação o gesto descabido, a injúria ao direito, a humilhação do Congresso e o desacato à Justiça.

Ao contrário do que muitos imaginam, o povo também pensa, analisa os fatos e aprende com a experiência; conscientiza bem seus interesses e expressa seu julgamento através do voto.

O povo brasileiro definitivamente, sabe que vale a pena o que é muito importante, lutar através do voto.

O MDB concita o Governo a não mais retardar a concretização do compromisso de honra da revolução para com o povo, há 12 anos, uma promessa sempre adiada, de reintegrá-los nos parâmetros de um Estado de Direito, brasileiro, moderno e realizador, alicerçado nos princípios da Justiça Social e inspirado na Carta Universal dos Direitos do Homem, que o Brasil subscreveu enaltecendo os nossos padrões de civilização.

Para atingir esse ideal, que é uma profunda e sentida aspiração nacional, impõe-se a revogação do AI-5, sem prejuízo dos instrumentos democráticos imprescindíveis à defesa do Estado, das instituições e dos direitos da pessoa humana.

Nele, o MDB identifica, a fonte permanente das crises que nos angustiam. Destruindo a ordem jurídica, institui o Governo dos homens e não o da Lei, fazendo do Executivo o super poder que avilta e anula os demais. Mantendo a imprensa sob censura, impede a crítica livre e as denúncias responsáveis.

Ampara o absolutismo policial, truculento, desumano e irresponsável, e denigre a projeção internacional do Brasil.

Em suma, o AI-5 deforma permanentemente a consciência democrática do nosso povo que, sob sua égide, é compelido a viver, numa atmosfera de força, intolerância, ameaças e medo.

O MDB apresentará ao Congresso o seu projeto de Emenda Constitucional, capaz de restabelecer a normalização da vida política do País. Neste sentido, está disposto a discutir qualquer proposta de caráter democrático.

Na oportunidade, o MDB renova seu protesto contra a cassação dos mandatos dos valorosos companheiros Amaury Miller, Nadyr Rossetti e Lyzâneas Maciel, vítimas de violência que não apenas os atingiu, mas ao Poder Legislativo, que eles integravam ao Movimento Democrático Brasileiro, a que pertenciam e aos Estados que representavam, frustrando a decisão de quase 250 mil cidadãos, exatamente dos centros mais politizados do País. Ratificando a sua solidariedade a todos quantos, no curso de nossa luta, foram injustamente proscritos, expressa também sua homenagem de respeito aos que deram o sacrifício da vida ou foram vilipendiados nos seus direitos humanos.

O MDB se retempera nesses golpes e continuará, com altivez e dessassombro, na frente da luta pela completa redemocratização do País; marchando, resoluto e sereno, para as

eleições de 1976 a 1978, certo de que é na consulta à opinião popular que se encontram os grandes caminhos e o verdadeiro destino nacional.

Esta, Sr. Presidente, a íntegra do manifesto à Nação que o MDB lançou e gostaríamos ter registrado nos Anais desta Casa.

Passamos agora, à segunda parte do motivo que nos trouxe à tribuna no dia de hoje. A imprensa deste Estado e a imprensa nacional têm divulgado o veto sofrido pelo consagrado jornalista Carlos Chagas, pela Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Os estudantes daquela cinquentenária Instituição, estão promovendo a "Semana do Calouro" e convidaram vários conferencistas para esta Semana. Amanhã será o dia de Carlos Chagas. Todos os conferencistas falaram nas dependências da Universidade, todos foram aceitos, não houve nenhum contratempo. A apenas um foi imposto este veto, justamente ao jornalista Carlos Chagas.

Nós achamos, e isto diz em nosso requerimento que este comportamento deslustra a imagem deste Estado, notadamente da sua principal Instituição de ensino, perante o País.

E achamos que temos aqui uma oportunidade de recuperar esta imagem, e dizer que no Paraná nem todos estão ou pensam como na Idade Média. Os que assim fazem são poucos, e, infelizmente, estão alguns em postos de direção.

Quero, por isto, encaminhar à Mesa, para apreciação do Plenário, o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o plenário, seja oficiado ainda no dia de hoje, ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, oferecendo o auditório desta Assembléia para a realização de conferência do consagrado jornalista CARLOS CHAGAS, a ser proferida no dia de amanhã, sobre o tema "A Imprensa no Brasil de Hoje", como parte da programação da "Semana do Calouro".

Justifica-se a presente proposta por ter sido o jornalista CARLOS CHAGAS o único impedido de falar nas dependências da nossa Universidade, o que, para infelicidade nossa, deslustra a imagem do centro de idéias e de livre especulação intelectual que deve ter aquela tradicional Instituição.

Esta Assembléia é uma casa de idéias e de debates e está no dever, nesta hora, de recuperar a imagem negativa que alguns pretendem construir para o nosso Estado.

Cumpra lembrar que o jornalista CARLOS CHAGAS, que foi Secretário de Imprensa do ex-Presidente Costa e Silva, além de autor de dois importantes livros, é o Chefe da Sucursal do jornal "O Estado de São Paulo", em Brasília.

É uma inteligência sempre bem informada, que merece ser ouvida e respeitada.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1976".

Era o nosso requerimento. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

A Mesa informa quanto à reclamação feita pelo Deputado Deni Schwartz, que o presidiário citado por S. Exa. não se encontra mais à disposição desta Casa. Ele esteve, de fato, à disposição do ex-Deputado Aryzone Araújo, mas esse preso sumiu, e a Polícia está à sua procura.

Por essa razão, por já ter acontecido outros fatos desta natureza, a Presidência tem exigido do Deputado que requisita o

preso, a sua responsabilidade pelos atos que ele possa cometer.

E o preso que o Deputado mencionou, fugiu, conforme já informamos, e não está mais à disposição desta Casa.

Quanto a presença do nome do ex-Deputado Aryzone Araújo, acredito que tenha havido falha. E tomo essa falha à responsabilidade da Mesa por não ter conferido ou fiscalizar a relação da presença dos Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Dácio Leonel, constante do expediente, Necessita de apoio. — **Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 254/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 344/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de Rolândia, objetivando execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar do Distrito de São Martinho, daquele Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 01/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 56/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, com o Município de Colorado, objetivando construção do prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 15/75, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 14/75, encaminhando anteprojeto de Lei, que objetiva doar ao município de Curitiba os bens constantes do sistema de sinalização de trânsito da cidade do mesmo nome. Parecer favoráveis da C.C.J. e C.P. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 02/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 60/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, para execução do Projeto de Engenharia da Rodovia BR-153, trecho Ibaiti - Alto do Amparo. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 172/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, com sede na cidade de Caxias do Sul - Estado do Rio Grande do Sul. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 03/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 74/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 290/73, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que estadualiza a estrada que liga Cerro Azul à Sengés via Vila Varzeão. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.O.P.T.C. e **CONTRÁRIO** da C.F., **COM SUBSTITUTIVO.** — **Aprovado, com Substitutivo.**

EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 173/75, de autoria do Deputado Deni Schwartz, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Recreativa Beneficente Primavera de Enéas Marques Paraná, com sede na cidade de Enéas Marques. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 23/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 42/76, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar no Quadro Próprio de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado, cargos que especifica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Ao referido Projeto foi apresentada Emenda, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, devidamente apoiada, no seguinte teor. (Lê):

“Art. 2º — A Comissão Executiva apresentará, no prazo de trinta (30) dias, por Projeto de Resolução, a reorganização dos serviços administrativos da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, com reformas estruturais dos órgãos que a integram, alteração de denominações de cargos, funções e séries de classes e definição de competência e atribuições.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1976.

a) **GABRIEL SAMPAIO**”

Em votação o Projeto. — **Aprovado.**
Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 100º aniversário natalício do Professor Arthur Martins Franco, único dos fundadores da Universidade Federal do Paraná, ainda vivo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações ao Sr. Juiz de Direito do Forum de Ponta Grossa, Dr. Ronald Crollmann, pela sua dedicação à lista tríplice a Instância Superior na Justiça Paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Brasil S/A., no sentido de que sejam incluídos na faixa de financiamentos, também os tricultores que usarem suas próprias sementes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado à Superintendência Nacional de Abastecimento, visando a instalação de sub-agência do referido órgão em Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Agricultura, pedindo informações sobre a capacidade de armazenagem existente no Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar o levantamento imediato das condições sócio-econômicas da Baixada-Paranaense, através de competente comissão de estudiosos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr.

Governador do Estado, no sentido de que determine a duplicação da Rodovia do Café, no trecho compreendido entre Ponta Grossa e Apucarana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente da SUNAB, no sentido de que o mesmo determine a instalação de uma sub-agência daquele órgão na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Finanças, no sentido de que tome conhecimento das arbitrariedades cometidas pela fiscalização estadual e tome as providências cabíveis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados, para representar esta Casa na XV Exposição Nacional de Suínos, II Exposição Feira Regional de Bovinos e IV Exposição Regional de Indústria e Comércio, a realizar-se em Francisco Beltrão. — **Não recebido pela Mesa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Segurança Pública, referente a importância paga por aquela Secretaria, per capita, aos presos à disposição da Justiça, das Delegacias do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, oferecendo o auditório desta Casa para a realização da conferência do consagrado jornalista Carlos Chagas, a ser proferida no dia de amanhã, sobre o tema “A Imprensa no Brasil de Hoje”, como parte da programação da “Semana do Calouro”. — **Em discussão.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno, mais especificamente pelo Decreto 577, que definem as competências deste Poder, outorgam à Comissão Executiva e aos seus membros a faculdade de, entre outras atribuições, esta específica de ceder as dependências do plenário, para a realização de conferências, simpósios, festas, etc.

Por esta razão, sem focalizar o mérito da matéria, porque não é este nosso objetivo, mas tão somente para disciplinar, Sr. Presidente, as competências da douda Comissão Executiva, requeiro de V. Exa. a pretensão do ilustrado líder da Bancada do MDB, deva merecer decisão da Mesa, da Presidência ou da 1ª Secretaria, de conformidade com o preconizado pelo Decreto 577, sem que este doudo plenário seja envolvido na discussão da matéria.

Esta a questão de ordem e a sugestão que nos cabia oferecer.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. quer que a Presidência, que a Mesa seja envolvida na discussão da matéria.

O SR. IVO THOMAZONI — Estas são atribuições próprias da douda Comissão Executiva.

O SR. PRESIDENTE — Acontece que a Presidência ou a Comissão Executiva somente podem ceder alguma coisa quando uma entidade pede. Nada foi pedido à Presidência e nem à Comissão Executiva. De modo que a Comissão Executiva continua ignorando a vontade que teria esta entidade em requerer. A Comissão Executiva não poderá, de qualquer forma, oferecer o plenário da Assembléia porque não podemos atrair, a não ser que fosse um convite especial da própria Assembléia, a uma entidade para fazer a sua conferência ou a sua palestra nesta Casa.

Não tem como a Presidência forma de oferecer uma coisa que não foi pedida. Portanto, fica de pé o requerimento do nobre Deputado Osvaldo Macedo. Acredito que o plenário vai decidir se deve oferecer ou não, mesmo que a minha opinião

seja contrária a isto, porque estaremos oferecendo a quem nada nos pediu.

Em discussão o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão, o requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem) Sr. Presidente, sabemos que regimentalmente a solicitação de discussão do líder do Governo, transfere a matéria para o dia de amanhã.

Entretanto, a conferência do jornalista Carlos Chagas será justamente no dia de amanhã.

Por uma questão de ordem gostaria ponderar a essa Mesa e à ilustrada bancada da ARENA a conveniência, talvez, de se abster desta permissão regimental, para que a matéria pudesse ser apreciada no dia de hoje, dando uma demonstração do espírito democrático não só desta Assembléia como do Paraná, tendo em vista a brevidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não tem como ignorar o pedido de discussão e não tem forma de não transferi-la para a próxima Sessão. Regimentalmente, não tem condições de fazer. Transferida.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Apenas, sempre pretendendo colaborar, Sr. Presidente, e V. Exa. sabe e o eminente Líder do MDB não ignora, de que há um caminho, Sr. Presidente: de que a entidade que promove este ciclo de conferências deverá apressar o encaminhamento à judiciosa decisão de V. Exa., pedido neste sentido; que V. Exa., com a coragem com que sempre presidiu os atos, V. Exa. haverá de, por certo, falando sobre a matéria, de ter a oportunidade de deferir ou não, as dependências deste Poder.

Apenas para, novamente respeitando o Regimento Interno, solicitar que este plenário não seja envolvido nesta solicitação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Agradeço, Deputado Ivo Thomazoni.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR (FEPPA)

Criado pela Lei nº 6639 de 5/12/74

CONTA DE RESULTADO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975.

DIVERSOS

RESULTADO GERAL

RENTA DE CONTRIBUIÇÃO

Saldo desta conta 1.554.724,81

RENTAS DIVERSAS

Saldo desta conta 9.386,88

RENTAS DE TRANSFERÊNCIAS

Saldo desta conta 2.656.400,60

RENTA DE JUROS

Saldo desta Conta 174.008,41

..... 4.394.520,70

RESULTADO GERAL

DIVERSOS

SEGUROS

Saldo desta conta 28.392,00

MATERIAL DE EXPEDIENTE

Saldo desta conta 2.203,80

SERVIÇOS ATUARIAIS

Saldo desta Conta 20.000,00

APOSENTADORIAS PAGAS

Saldo desta conta 226.110,94

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valor que se transfere para esta conta da de

Resultado Geral do exercício 4.117.813,96

..... 4.394.520,70

Curitiba, 31 de dezembro de 1975.

JORGE SATO

Presidente

JOSÉ MUGGIATI FILHO

Tesoureiro

Ary dos Santos

Contador C.R.C. - 47 PR.

BALANÇO PATRIMONIAL DO FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR FEPPA PROCEDIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975.

A T I V O

DISPONÍVEL

CAIXA 6.825,01

BANCO ESTADO DO PARANÁ S/A 218.055,93

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 638,51

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL C/POUPANÇA 224.797,75

BANCO ESTADO DO PARANÁ C/POUPANÇA 1.007.496,76

..... 1.457.813,96

REALIZÁVEL

VALORES MOBILIÁRIOS 690.000,00

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS 1.970.000,00

2.660.000,00 4.117.813,96

P A S S I V O

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

RESULTADO PATRIMONIAL VERIFICADO

NO EXERCÍCIO 4.117.813,96

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO SOMANDO A IMPORTÂNCIA DE "QUATRO MILHÕES CENTO E DEZESSETE MIL OITOCENTOS E TREZE CRUZEIROS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS".

aa)

JORGE SATO

Presidente

JOSÉ MUGGIATI FILHO

Tesoureiro

ARY DOS SANTOS

Contador C.R.C. 47 - PR.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES ATIVAS

RECEITAS CORRENTES

RENTA DE CONTRIBUIÇÃO 1554724,81

RENTAS DIVERSAS 9.386,88

RENTA DE TRANSFERÊNCIAS 2.656.400,60

RENTAS DE JUROS 174.008,41

..... 4.394.520,70

TOTAL GERAL 4.394.520,70

VARIAÇÕES PASSIVAS

DESPESAS

DESPESAS DE CUSTEIO

RESULTADO PATRIMONIAL

CORRENTES

276.706,74

SUPERAVIT VERIFICADO NO EXERCÍCIO 4.117.813,96
TOTAL GERAL 4.394.520,70

aa) JORGE SATO – Presidente
JOSÉ MUGGIATI FILHO
Tesoureiro
ARY DOS SANTOS
Contador C.R.C. - 47 PR.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO
PARLAMENTAR – FEPPA
BALANÇO FINANCEIRO PROCEDIDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 1975

RECEITA

RENTA DE CONTRIBUIÇÃO	1.554.724,81
RENTAS DIVERSAS	9.386,88
RENTA DE TRANSFERÊNCIAS	2.656.400,60
RENTA DE JUROS	174.008,41
.....	4.394.520,70
TOTAL	4.394.520,70

DESPESAS

SEGUROS	28.392,00
MAT. DE EXPEDIENTE	2.203,80
SERVIÇOS ATUARIAIS	20.000,00
APOSENTADORIAS PAGAS	226.110,94
.....	276.706,74

SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

DEPÓSITOS	690.000,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	1.970.000,00
CAIXA	6.825,01
BANCOS	1.450.988,95
.....	4.117.813,96
TOTAL	4.394.520,70

aa) JORGE SATO – Presidente
JOSÉ MUGGIATI FILHO – Tesoureiro
ARY DOS SANTOS – Contador C.R.C. 47 PR.

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os abaixo assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a conta do Resultado Geral e demais documentos relativos ao exercício de 1975, encontraram tudo na mais perfeita ordem, pelo que recomendam a sua aprovação à Assembléia Geral.

aa) DOMÍCIO SCARAMELLA
AGUINALDO PEREIRA LIMA

PORTARIA Nº 117/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1116/76, de 18 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, aos funcionários OSIRIS DE BRITO, Assistente Técnico, matrícula 083, e VIDAL VANHONI, Assistente Técnico, matrícula 019, ambos do quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral.

PORTARIA Nº 118/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a Portaria nº 100/76, que designa o funcionário WILSON OSIRES PIOVESAN, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 01 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 119/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1250, de 24 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

WALDEMAR RODA – OA PL “23” - matrícula 303
IZABEL SANTO ALAYA LAMAU – OSG PL “20” - matrícula 533
MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI – OSG PL “18” - Matrícula 425

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 120/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1141, de 19 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar, as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a INEZ LITZA LENIOWSKI, ocupante do cargo de nível PL “18”, de Oficial de Administração, matrícula 202, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para a partir de 01 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 121/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1144, de 19 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL “18”, matrícula 405, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 23 de fevereiro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 122/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo pro-

TOCOLADO sob o nº 1245/76, de 24 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a MIGUEL JORGE NASSAR NETO, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL "23", matrícula 465, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referente ao exercício de 1975, a partir de 25 de fevereiro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 123/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1133, de 19 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, MARIA FERRER DA ROSA CUNHA, ora a disposição deste Poder Legislativo, a prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado HÉLIO MANFRINATO, complementando em mais trinta e três por cento, perfazendo desta forma, o teto máximo de cinquenta por cento, previsto pelo parágrafo 1º, artigo 176, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 124/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar, a Portaria nº 13/76, de 07 de janeiro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 125/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1356, de 04 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar, as férias concedidas pela Portaria nº 01/76, a DUCILIA PRESTES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "19", matrícula 196, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 08 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 126/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1353, de 04 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a LADY CUNHA, ocupante do cargo de Taquigrafia, nível PL "26", matrícula 444, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 08 de março do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 127/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1334, de 27 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar, as férias concedidas pela Portaria nº 1/76, a HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL "23", matrícula 418, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 04 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 126/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1350, de 04 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a IZABEL FREITAS, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "21", matrícula 534, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 08 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 129/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 908, de 11 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, ANGELINA MARIA DO PILAR SOTTO MAIOR E CÂMARA, ora a disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, sobre seus vencimentos, na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado JORGE SATO, no período compreendido entre 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 130/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1388, de 05 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a RUTE DA SILVA LOPES, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL "15", matrícula número 226, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 08 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de março de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral